

Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais

Informativo GETETE

n.1, v.1, julho de 2024



**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Economia
Centro de Estudos em Desenvolvimento Econômico
Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais**

Editor

Fernando César de Macedo

Editores Adjuntos

Railene de Souza Veloso

Carlos Eduardo Pereira do Nascimento

Caio Cezar Fernandes da Silva

Estagiários

Adana Orlene Delgado da Silva

Fabício dos Santos Almeida

Autores da Edição

Bianca Santos de Faria

Caio Cezar Fernandes da Silva

Carlos Eduardo Pereira do Nascimento

Cidônea Machado Deponti

Danilo Severian

Fernando César de Macedo

Guilherme C. L. A. Lopes

Janete Stoffel

Railene de Souza Veloso

Rodrigo Marques

Silva Barros

Diagramação e design

Elígia Filgueiras de Freitas

Siglas que aparecem nesta edição

AML - Amazônia Legal

BNB - Banco do Nordeste

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CNE/CES - Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior

CNI - Confederação Nacional da Indústria

CNO - Cadastro Nacional de Obras

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

COREDES - Conselhos Regionais de Desenvolvimento

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

ENANPUR - Encontro Nacional da Anpur - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

FECLESC/UECE - Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central/Universidade Estadual do Ceará

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

GEE - Gases de Efeito Estufa

MIQCB - Movimento Interestadual da Quebradeiras de Coco Babaçu

NDC - Contribuição Nacionalmente Determinada

ONGs - Organizações não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PERPP/UESC - Programa de Pós-graduação em Economia na Universidade Estadual de Santa Cruz

PLUR-D - Planejamento Urbano, Regional-Demografia

PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SEDRES - Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade

SIDR - Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul

Sumário

Editorial	05
Investigações territoriais	07
<i>Emergência climática e transição energética: o lugar do Brasil na reordenação produtiva global</i>	07
<i>A sufocante qualidade dos “ares do mundo”</i>	07
<i>A Economia Política do clima</i>	09
<i>Dinamismo regional e as novas tendências da articulação produtiva</i>	15
<i>Agricultura familiar na produção brasileira de alimentos</i>	17
Encontros GETETE	20
<i>Miguel Torres</i>	21
<i>Leonardo Porto</i>	22
<i>MIQCB</i>	24
<i>Ellitamara Melo</i>	27
Diversidade Regional: Feira de Livros	30
Iniciação à Pesquisa	32
Parceria Acadêmica: Entrevista Cidônea	34
Resenha	40
Charge	43
Referências	44

Editorial

É com grande satisfação que o Grupo de Estudo das Transformações Econômicas e Territoriais - GETETE lança o primeiro número de seu Informativo. Trata-se de publicação quadrimestral que disponibilizará ao público resenha das atividades desenvolvidas por seus integrantes, artigos de seus pesquisadores e de convidados, entrevistas e informações ligadas ao tema do desenvolvimento regional e urbano no Brasil.

O GETETE está cadastrado no CNPq e desde sua criação, em 2010, passou por mudanças até chegar a publicação deste Informativo. O Grupo é formado por professores de diferentes instituições de ensino superior e por estudantes de graduação e de pós-graduação, além de técnicos de instituições públicas ligadas ao planejamento e desenvolvimento regional no Brasil.

Apesar da intermitência de suas atividades nos anos iniciais, seus integrantes ministram uma disciplina sobre o desenvolvimento regional e urbano no Brasil na graduação do Instituto de Economia da Unicamp. Outra, intitulada Política Econômica e Desenvolvimento Regional no Brasil, é ministrada há mais de quinze anos na pós-graduação de Desenvolvimento Econômico desta mesma instituição. Desde 2018, seus integrantes oferecem a disciplina Geografia Regional: Nordeste, no curso de Geografia no Instituto de Geociências da Unicamp.

Um olhar socioeconômico para o território brasileiro é nossa preocupação principal. Desde sua criação, mais de uma dúzias de pesquisas (individuais ou coletivas) sobre o desenvolvimento regional e urbano no Brasil foram ou estão sendo desenvolvidas por seus integrantes, com financiamento de diferentes instituições.

As reuniões de estudo passaram a ser virtuais desde 2020, o que permitiu convidar palestrantes de fora para discutirem suas pesquisas conosco. Isso foi fundamental para nosso crescimento porque passamos a interagir mais

sistematicamente com estudiosos da questão regional e urbana de outras instituições. Nossos encontros conta com um público de diferentes universidades, que varia muito, de acordo com a temática abordada em cada reunião.

Temos agora abrangência nacional e uma primeira aproximação com pesquisadores de fora do país. Tais encontros, cujas resenhas serão apresentadas neste **Informativo Getete**, contaram com a participação de mais de 60 pesquisadores de diversas universidades das cinco regiões brasileiras, de representantes de instituições do setor público e dos movimentos sociais, além de um economista da CEPAL que fez a abertura das atividades em 2024. Já foram realizados 47 encontros neste formato cuja relação de tema e palestrantes pode ser vista no link do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico - CEDE, na página do Instituto de Economia da Unicamp.

O Getete tem quatro linhas de pesquisa: 1) A economia política da globalização e a América Latina; 2) Diversidade Regional e Cultura; 3) Política de Desenvolvimento Regional; e 4) Planejamento Urbano no Brasil e em economias periféricas. Duas pesquisas coletivas estão em andamento.

A primeira, coordenada pelo professor Vicente Alves (IG/Unicamp e financiada pelo CNPq), **A fronteira agrícola Centro-Norte do Brasil: políticas, planejamento regional e transformações socioeconômicas**, insere-se nas linhas 3 e 4. Ela dá continuidade a duas anteriores, coordenada pelo professor Fernando Macedo (IE/Unicamp), com recurso da CAPES: 1) **Novas determinações produtivas, regionais e urbanas na área do cerrado brasileiro: uma avaliação sobre os efeitos das obras de infraestrutura rodoferroviárias na integração regionais**, em parceria com a PUC-GO e o IESA/UFG; 2) **Urbanização dos Cerrados do Centro-Oeste: desafios e perspectivas para a sustentabilidade**, em parceria com a PUC-GO. Na linha Diversidade Regional e Cultura, somos parceiros do professor Rodrigo Marques (UECE) que coordena a pesquisa **Mapeamento dos cordelistas do Sertão Central Cearense**.

Desejamos com este informativo maior interação com estudiosos da questão regional e urbana do Brasil.

Boa leitura!

Investigações territoriais



Por Danilo Severian

Economista da CNI e doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP.

Emergência climática e transição energética: o lugar do Brasil na reordenação produtiva global

Esse suscinto texto tem por objetivo levantar questões, de maneira alguma exaustivas ou conclusivas, para a reflexão sobre a atualidade do colapso ambiental do planeta, já gravemente aviltado pelo aquecimento global, dos papéis possíveis ao Brasil dentro de uma estratégia global de descarbonização e das possibilidades de que esta ocorra, e a tempo.

A sufocante qualidade dos “ares do mundo”

A emergência climática é o tema que continuará a pautar as agendas nacionais e multilaterais das principais economias mundiais nas próximas décadas. Os efeitos devastadores do aquecimento global têm sido sentidos de maneira cada vez mais contundentes em todo o planeta, causando grandes deslocamentos populacionais e crescentes perdas humanas, materiais e ambientais¹. Não existe país a salvo das dramáticas consequências ambientais do aquecimento global, seja ele geopoliticamente relevante ou não. Há indícios fundamentados de que alguns ecossistemas já tenham adentrado ao ponto de não retorno; ou seja, já não seriam mais capazes de se regenerarem por si próprios, passando a retroalimentar sua própria deterioração, ainda que se tenham cessado as agressões que condicionaram esse quadro degenerativo².

Isso pode estar ocorrendo com os corais de águas quentes de todo o mundo, que vêm sofrendo branqueamento devido à elevação da temperatura

¹ Esse texto foi escrito no início de maio de 2024, durante as estarrecedoras cenas de destruição causadas pelas intensas chuvas no Rio Grande do Sul.

² Global Tipping Points Report. University of Exeter, 2023. Link: <https://global-tipping-points.org/> (Acessado em 05/05/2024).

dos mares. Este fenômeno, por sua vez, ocorre pelo aquecimento global ocasionado pela emissão de gases de efeito estufa (GEE), afetando as demais espécies marinhas e a distribuição de calor pelo planeta por meio das correntes oceânicas – 90% do calor global está armazenado nos oceanos, e a circulação dessas correntes está cada vez mais lenta, afetando o clima em diferentes partes do mundo. A maior evaporação da água dos mares e oceanos faz com que as massas de ar se adensem mais, intensificando as chuvas e causando graves danos de maneira recorrente.

Com o aquecimento das águas, reforça-se o derretimento das geleiras, já impactadas pelo aquecimento atmosférico, o que altera a salinidade dos mares e retroalimenta os desequilíbrios climáticos e ambientais. Uma das consequências é a elevação do nível do mar, de desdobramentos catastróficos para o Brasil, já que a maior parte de sua população está e retroalimenta os desequilíbrios climáticos e ambientais. Uma das consequências é a elevação do nível do mar, de desdobramentos catastróficos para o Brasil, já que a maior parte de sua população está territorialmente concentrada na extensa faixa atlântica do país. Se se considerar os impactos nas lavouras pela alteração dos patamares de temperatura, pelas secas extensas ou pelas inundações, todos de incidência ainda diminutos – embora crescentes – frente ao potencial destrutivo que as transformações climáticas já estão impondo, nosso futuro é pouco alvissareiro. A questão climática deve ser tratada como de segurança nacional e, evidentemente, de sobrevivência global.

O Acordo de Paris, iniciativa da ONU que passou a ter validade ao final de 2016, é o principal mecanismo orientador dos esforços para que os países reduzam suas emissões de GEE e contenham o aquecimento global. O objetivo é manter a temperatura da Terra entre 1,5°C e 2,0°C acima da temperatura média do período pré-Revolução Industrial (1750) até o final deste século. Os 195 países signatários do acordo, dentre eles o Brasil, representam 90% das emissões globais de GEE e apresentaram individualmente uma “Contribuição Nacionalmente Determinada” (NDC), documento adequado a cada contexto nacional que detalha metas e ações para redução das emissões de GEE em cada país. O Brasil se comprometeu em sua NDC a reduzir em 48% suas emissões até 2025 e em 53% até 2030³.

³Em relação às emissões verificadas em 2005.

Ainda assim, em 2022 as emissões globais de dióxido de carbono (CO₂) foram 50% superiores ao nível pré-industrial⁴, batendo novo recorde em 2023 com um volume sem precedentes de emissões, que chegou a 37,4 bilhões de toneladas⁵. O uso de carvão mineral representou mais de 65% do acréscimo das emissões de CO₂ naquele ano, que chegou a 410 milhões de toneladas adicionais em relação a 2022, um ano que já havia sido de recorde histórico em emissões, com acréscimo de 490 milhões de toneladas.

Apesar das preocupações climáticas pautarem os principais fóruns globais e, ao menos discursivamente, as ações governamentais e empresariais, as metas anunciadas no Acordo de Paris já são insuficientes para limitar o aquecimento da terra a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. No cenário mais otimista projetado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a probabilidade de conter o aquecimento global em 1,5°C acima do período pré-industrial é de 14%. Mantido o atual ritmo de emissões e compensações de carbono, a temperatura poderá aumentar entre 2,5°C a 2,9°C até o final deste século. Seria preciso uma redução entre 28% e 42% das emissões globais para que se atinja a meta estipulada para 2030, o que dificilmente ocorrerá. O *Global Carbon Budget* estima que há 50% de probabilidade de o mundo ultrapassar os 1,5°C até 2031. Estamos imersos em um planeta em ebulição.

A Economia Política do clima

A produção de energia é responsável por 75% das emissões de GEE no mundo, sendo 82% nos países do G20 e 84% na União Europeia (UE)⁸. No G20, apenas a geração de energia elétrica/termelétrica responde por 37% das emissões (12,9 GtCO₂e⁹), enquanto na União Europeia essa participação é de 29% (864 MtCO₂e¹⁰). No Brasil, a geração de energia responde por 30% das emissões de GEE, onde a energia elétrica/termelétrica corresponde a 6% do total (88,8MtCO₂e, o equivalente a 10% das emissões da UE). As emissões brasileiras derivadas da geração de energia como um todo representam 1,6% das emissões da União Europeia nessa categoria, sendo o subgrupo de transportes responsável por 13% do total das emissões energéticas do Brasil,

⁴Greenhouse Gas concentrations hit record high. Again. World Meteorological Organization, 15/11/2023. Link: <https://wmo.int/news/media-centre/greenhouse-gas-concentrations-hit-record-high-again> (acessado em 06/05/2024).

⁵CO₂ emissions in 2023. Internacional Energy Agency, fevereiro de 2024. Link: <https://iea.blob.core.windows.net/assets/33e2badc-b839-4c18-84ce-f6387b3c008f/CO2Emissionsin2023.pdf> (Acessado em 06/05/2024).

enquanto responde por 24% na UE. As emissões por transporte no Brasil representam ¼ das emissões da UE nesse setor¹¹.

Apesar disso, o Brasil é o 7º maior emissor de gases de efeito estufa do mundo, segundo o ranking da Climate Watch. Contudo, diferentemente dos grandes emissores (China, EUA, Índia, União Europeia e Rússia), e de modo semelhante à Indonésia (6º maior poluidor), os principais setores responsáveis pelas emissões brasileiras são a agricultura (35%) e a mudança do uso da terra e das florestas (28%), que juntos respondem por 63% das emissões de GEE¹². Segundo o Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa, essas categorias respondem juntas por 75% das emissões¹³. Logo, o enfrentamento ao problema climático no Brasil deve adotar estratégias distintas das principais economias do globo, pois suas emissões resultam de causas diversas.

Ainda que a descarbonização da frota de veículos seja importante e bem-vinda, atuar na descarbonização dos processos agrícolas, especialmente na pecuária, e na manutenção das florestas é primordial para atacar os problemas climáticos. Esta é a grande contribuição que o Brasil pode dar para a preservação do planeta.

Ainda que a descarbonização da frota de veículos seja importante e bem-vinda, atuar na descarbonização dos processos agrícolas, especialmente na pecuária, e na manutenção das florestas é primordial para atacar os problemas climáticos. Esta é a grande contribuição que o Brasil pode dar para a preservação do planeta.

A pobreza nas regiões de floresta está diretamente ligada ao aumento do desmatamento, fator de grande estresse climático. Uma das cláusulas do Acordo de Paris que poderia fazer frente a essa questão vem sendo sistematicamente burlada pelos países desenvolvidos: o aporte de US\$100 bilhões anuais às nações emergentes para apoiá-las tecnologicamente e socialmente em práticas ambientalmente sustentáveis. Os constrangimentos

⁶Adaptation Gap Report 2023: Underfinanced. Underprepared. United Nations Environment Programme. Nairobi, 2023. Link: https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-11/adaptation_gap_report_2023_0.pdf (Acessado em 07/05/2024).

⁷Friedlingstein, P., et al. Global Carbon Budget 2023. Earth Syst. Sci. Data, 15, 5301–5369, <https://doi.org/10.5194/essd-15-5301-2023>, 2023. Link: <https://essd.copernicus.org/articles/15/5301/2023/> (Acessado em 06/05/2024).

⁸Dados para 2020 da Climate Watch. Inclui energia elétrica e termoeletrica, manufatura e construção, transporte, emissões fugitivas e demais combustíveis.

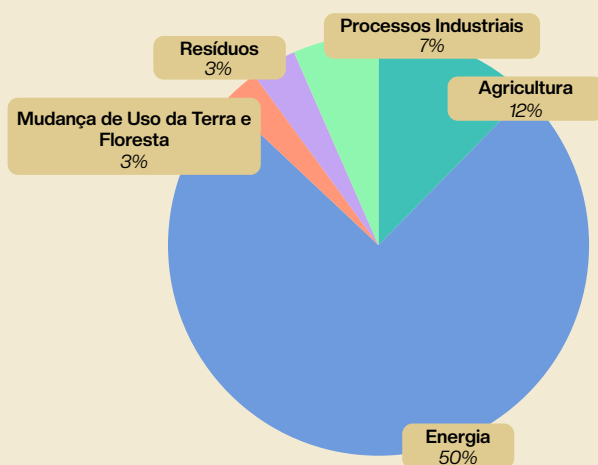
⁹Bilhões de toneladas de CO2 equivalente.

¹⁰Milhões de toneladas de CO2 equivalente.

¹¹O território da UE é de cerca de 4 milhões de km², pouco menos da metade do brasileiro, enquanto sua população é de aproximadamente 448 milhões, mais que o dobro do Brasil (~203 milhões).

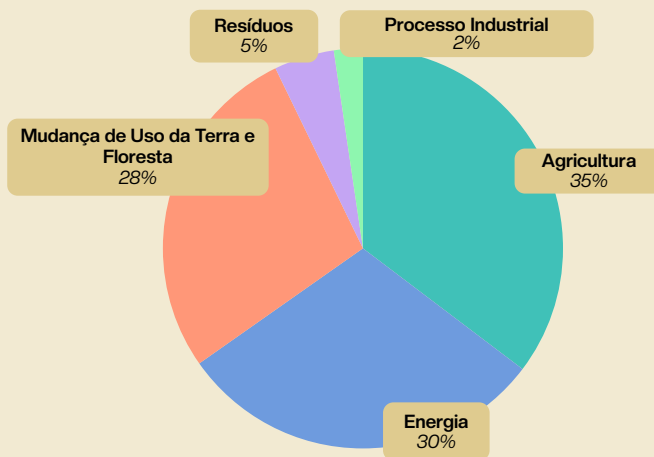
retóricos, como nas recentes escaramuças em torno do acordo União Europeia-Mercosul, e o uso de barreiras não tarifárias fundamentadas na sustentabilidade ambiental para protegerem seus mercados nacionais operam em dissonância cognitiva com a efetividade prática das ações dos países desenvolvidos em suas proclamatórias preocupações ambientais.

Gráfico 1. Emissões de Gases do Efeito Estufa no Mundo - 2020



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Climate Watch Data

Gráfico 2. Emissões de Gases do Efeito Estufa no Brasil - 2020



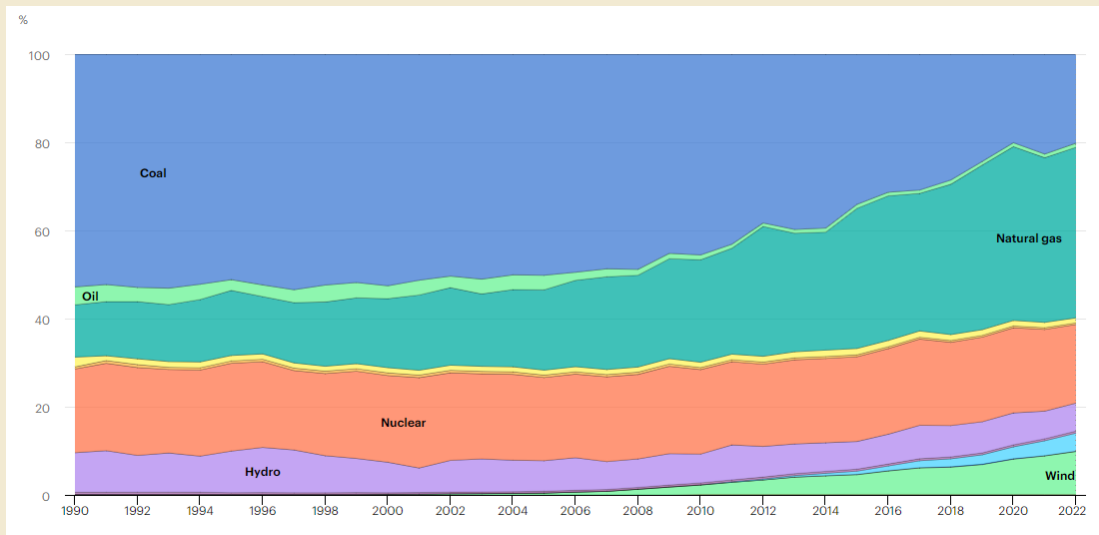
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Climate Watch Data

¹²Dados para 2020 do Climate Watch Data. Link: https://www.climatewatchdata.org/ghg-emissions?breakBy=sector&chartType=percentage&end_year=2020®ions=BRA§ors=total-including-lucf&start_year=1990 (Acessado em 07/05/2024).

¹³Dados de 2022 do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa – Seeg. Link: https://plataforma.seeg.eco.br/?highlight=br-net-emissions-by-sector&_gl=1*1f48d0y*_ga*NDMyMTQ3NDYyLjE3MTA5NTc0ODM.*_ga_XZWSWEJDWQ*MTcxNTA5NTkyOC4xMC4xLjE3MTUwOTYzMjMuMC4wLjA (acessado em 07/05/2024).

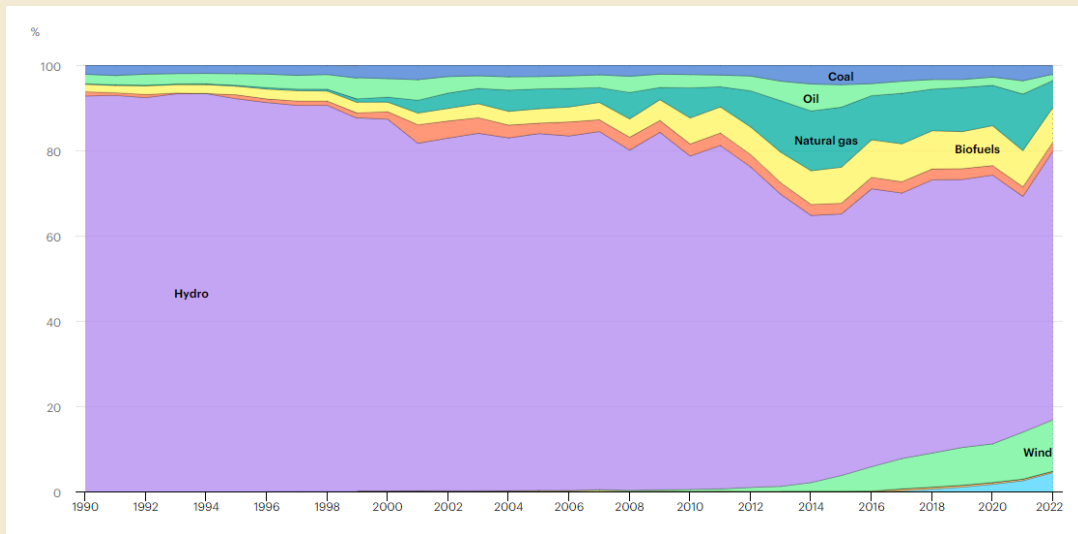
O deslocamento das cadeias produtivas para o leste asiático nos anos 1980, sobretudo dos elos mais poluidores das cadeias industriais, rearranjou o quadro das emissões globais de GEE, elevando a participação dos países periféricos na degradação ambiental. O exponencial crescimento da China a partir dos anos 1990 se baseou no carvão mineral como fonte primordial de energia, a mais poluente existente. Enquanto isso, os países industrialmente avançados se centraram nas atividades de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos, operações relativamente de baixa emissão. Contudo, energia é um indicador-chave para mensurar o nível de desenvolvimento dos países, e essa remodelação na divisão internacional do trabalho não significou menor disponibilidade energética per capita nas nações industrialmente avançadas. O que houve foi a diversificação das fontes de energia concomitantemente ao deslocamento do fardo ambiental para a periferia do sistema, não restrita às emissões de GEE nos processos industriais, mas extensiva ao uso exaustivo dos recursos naturais: solo, água e matérias primas.

Gráfico 3. Matriz elétrica dos Estados Unidos da América



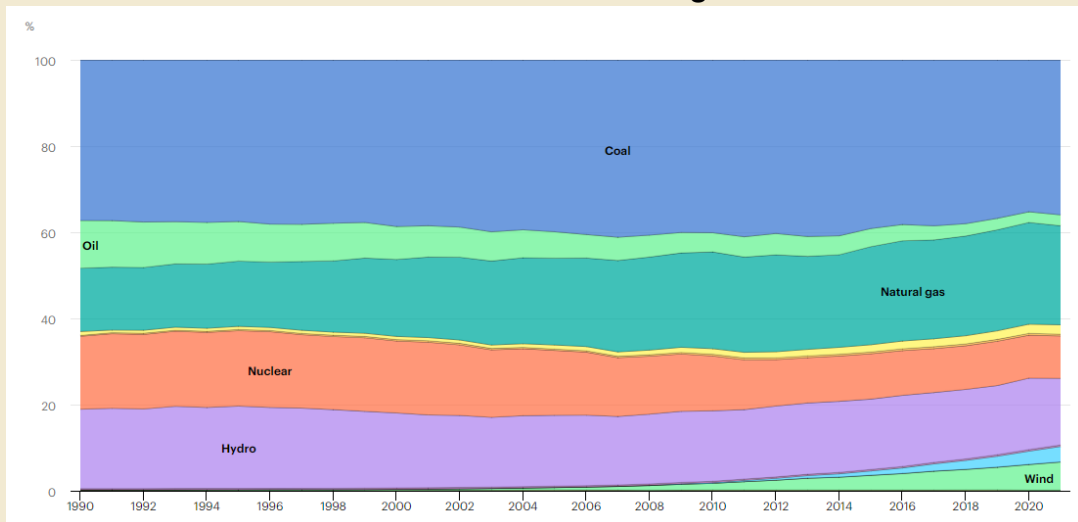
Fonte: IEA

Gráfico 4. Matriz elétrica do Brasil



Fonte: IEA

Gráfico 5. Matriz elétrica global



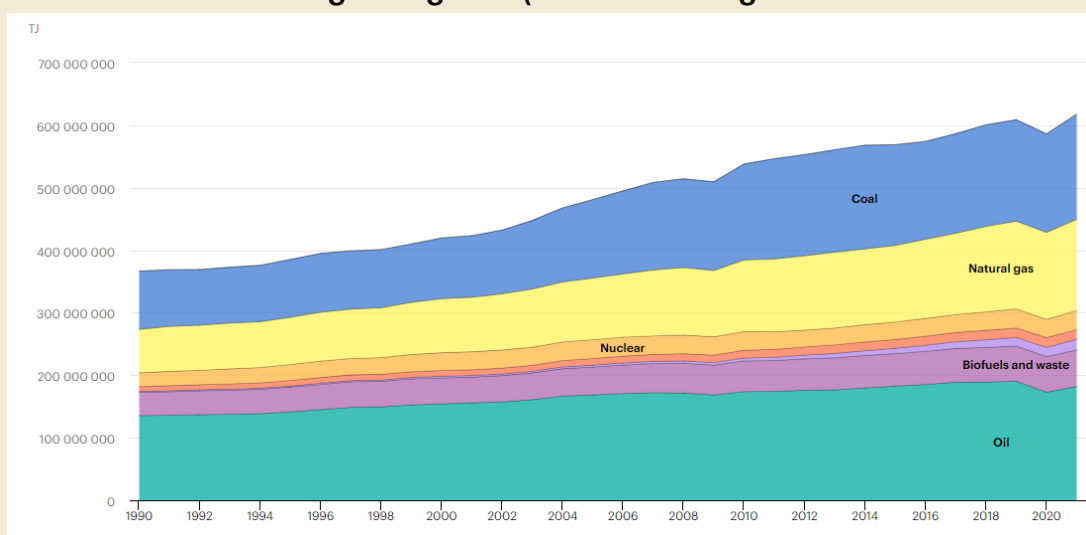
Fonte: IEA

As transformações produtivas requeridas para uma transição energética de baixo carbono chegam involucradas nas novidades da “ideologia climática”. Ou seja, aterrizam enquanto uma falsa consciência, pois implicam dominação e poder. As frentes de combate às emissões de GEE se centram nos setores sensíveis aos países avançados: produção de energia elétrica e mobilidade. Pouco se discute sobre o uso do solo, a pecuária extensiva, o avanço da fronteira agropecuária sobre as áreas de floresta e a preservação dessas de maneira articulada à garantia de condições dignas de vida e trabalho para seus habitantes. Não por outro motivo o frenesi sobre o hidrogênio verde capturou as

atenções no Brasil e vem despertando atenção por outras periferias. Isso ocorre apesar do descompasso com as necessidades do Brasil e demais países que mantêm grandes áreas de florestas, como nossos vizinhos amazônicos, Congo e RD Congo, Camarões e Gabão.

A condição privilegiada do país na geração de energias limpas e renováveis – 93% da matriz elétrica brasileira possui essa característica¹⁴ – permite que o “excedente energético neutro em CO2” possa ser utilizado no processo de hidrólise da água para a obtenção do hidrogênio “verde” – pois obtido por energia elétrica limpa. Armazenado em baterias, essa commodity energética resolveria os problemas das matrizes energéticas sujas do G20 – não atoa os primeiros hidrolisadores foram implantados no porto de Pecém/CE. Como passivo, ficam os conflitos oriundos da expansão dos parques eólicos e solares com as comunidades locais e os impactos ambientais decorrentes dessas novas fontes, que ocorrem sob vácuo jurídico – não há regulamentação para esses setores. Mais além, coloca-se a questão da adequação tecnológica às baterias dessa modalidade energética, somado à nova condição geopolítica que o país assumiria – nesses marcos, novamente passiva e subordinada, como na 3ª Revolução Industrial dos anos 1980.

Gráfico 5. Matriz energética global (exclusive energia elétrica/termelétrica)



Fonte: IEA

¹⁴Acesso em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/02/02/energia-limpa-brasil-bate-recorde-com-93percent-da-energia-gerada-em-2023-vindo-de-fontes-renovaveis-di-z-ccee.ghtml> (acessado em 07/05/2024)

Dinamismo regional e as novas tendências da articulação produtiva



Por Guilherme C. L. A. Lopes

Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP e professor de Economia da Universidade Federal de Alagoas

No século XXI, a economia brasileira vem passando por um processo de modificação de sua base de acumulação, com um peso crescente da produção de commodities e recursos naturais, enquanto o tecido produtivo industrial perde densidade. Se agudiza a especialização regressiva da pauta produtiva e exportadora nacional.

Nesse quadro, às atividades e territórios agroexportadores de caráter mais interiorizado - notadamente as regiões das fronteiras agrícolas e extrativas de produção no Centro-Oeste, Norte e Nordeste - emergem como novas territorialidade dinâmicas dessa base produtiva.

Diante dessas mudanças uma das questões abertas no campo da economia regional diz respeito ao comportamento das articulações produtivas regionais no atual padrão de reprodução do capital. O desafio posto ao trabalho, portanto, é apontar algumas das tendências ao campo estruturalista sobre as determinações regionais do Brasil no século XXI.

Para Cano (2008, 2011), desde a mudança no padrão de acumulação nos anos 1980 a desconcentração produtiva regional é regida pela “desconcentração espúria”, pois provém de uma integração do território nacional, mas atrelado a segmentos de baixo conteúdo tecnológico, pouco valor adicionado e parca articulação inter-regional e setorial.

A partir do esforço de Cano, diversos trabalhos, mormente tributários do método histórico-estrutural, buscaram contribuir para o entendimento das determinações regionais e urbanas no Brasil no pós-1990.

Essas correntes foram identificadas e classificadas segundo suas teses principais: i) "Desenvolvimento Poligonal" e a Reconcentração espacial na área tradicional (Diniz, 1993, 2019; Abdal, 2017); ii) Desconcentração produtiva a partir de São Paulo (Monteiro Neto, Silva e Severian (2020a, 2020b); iii) Desconcentração produtiva com coesão social regional em bases constitucionais. (Araújo, 2013, 2014; Araújo, 2017); iv) "Fragmentação" regional e a desconcentração produtiva.

Se destaca a última corrente, a qual se associa a presente pesquisa. Segundo Pacheco (1998) e Macedo (2010, 2023), a desconcentração industrial e o reordenamento territorial são induzidas pelo comércio exterior, que, por sua vez, está estruturado com base na inserção passiva do país na divisão internacional do trabalho. A centralidade da indústria perde força dentro desse novo ciclo de acumulação.

As regiões passaram a adequar sua produção de acordo com a demanda externa, transformando as estruturas produtivas e reforçando as especializações regionais, gerando "ilhas de produtividade" ao mesmo tempo em que a economia nacional se via estagnada.

Vai-se perdendo os marcos de uma economia coesa e unificada para um padrão assimétrico de flutuações econômicas e um mercado regional segmentado, de modo que as diferentes dinâmicas inter e intrarregionais e as conexões diretas da produção local com o mercado global tencionam o país para um processo de fragmentação dos laços de produção.

O resultado é a segregação dos espaços não competitivos e os espaços competitivos articulados "para fora" entregue às decisões dos globais players. Portanto, há uma continuidade do lento e complexo processo de desconcentração produtiva regional, mas com nova roupagem.

A dinâmica regional e urbana brasileira vem assumindo feições cada vez mais complexas com a ação de múltiplos vetores de trajetórias dispersas e heterogêneas entre si. Dentro dos novos vetores, se destaca a tendência de fragmentação da articulação regional.

Agricultura familiar na produção brasileira de alimentos



Por Janete Stoffel

Docente da Universidade Federal da Fronteira Sul. Pós-doutorado (em andamento) no Programa de Desenvolvimento Econômico da Unicamp. Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul/RS (2013)

A atuação da agricultura de base familiar brasileira na produção de alimentos é notória, seja para autoconsumo, agroindustrialização ou comercialização de excedentes, desempenhando papel relevante na produção dos alimentos, considerados saudáveis ou comida de verdade, conforme preconiza o Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014). Este grupo de produtores ocupava 10,1 milhões de pessoas em 2017 (IBGE, 2024a), caracterizado pela utilização predominante da mão de obra da família, produzindo em pequenas extensões de terra e, frequentemente, com reduzido recurso financeiro. Segundo dados da Contag (2023, p.6) a agricultura familiar tem importante papel na economia nacional “pois responde por 40% da renda da população economicamente ativa e a dinamização econômica de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes, e responde por 23% do Valor Bruto da Produção Agropecuária nacional”.

Em número de estabelecimentos e pessoas ocupadas a agricultura familiar predomina no meio rural brasileiro. Nas grandes regiões é no Norte que o percentual deste grupo é o maior quando comparado com o total de estabelecimentos e pessoas ocupadas no campo daquela região. Na mesma linha de análise, no Centro-Oeste a participação da categoria familiar é a mais baixa tanto em número de estabelecimentos quanto em pessoas ocupadas (Tabela 1). Em relação à área ocupada, na região Nordeste é onde este grupo tem o maior percentual de participação, enquanto no Centro-Oeste a menor.

Tabela 1 – Proporção (%) de estabelecimentos Agropecuários, área e pessoas ocupadas pela agricultura familiar em comparação ao total do Brasil e nas Grandes Regiões (2017)

Local	Estabelecimentos	Área ocupada	Pessoas ocupadas
Brasil	76,8	23,0	67,0
Norte	82,8	30,3	77,7
Nordeste	79,2	36,6	73,8
Sudeste	71,1	22,8	52,4
Sul	78,0	26,8	69,0
Centro-Oeste	64,3	8,9	46,8

Fonte: IGBE (2024a)

Ao utilizar a área total ocupada em relação ao número de estabelecimentos, constata-se que a média nacional é de 20,8 hectares (ha), oscilando entre 44,7 ha no Centro-Oeste e 14,1 ha no Nordeste. E ao calcular a média de pessoas ocupadas em cada estabelecimento familiar em 2017, no Brasil este número era de 2,6 indivíduos por estabelecimento, enquanto nas regiões variava desde 2,4 (Sul e Sudeste) até 3,3 (Norte).

O Brasil é um país subdesenvolvido que se inseriu no sistema capitalista de forma tardia (Pochmann, Silva, 2023) e na condição periférica (Furtado, 1974; 1992; 2000), assumindo na divisão internacional do trabalho o papel de produtor de matérias primas. Na agricultura e pecuária os principais produtos são cultivados em grandes extensões de terra e com foco comercial voltado ao mercado externo, resultantes do processo de modernização conservadora, implementada no país entre 1965 e 1985 (Delgado, 2012; Pochmann, Silva, 2023). Observando a evolução e culturas selecionadas na produção agrícola brasileira (IBGE, 2024b), entre 1982 e 2022, a quantidade produzida de soja aumentou 840%, o milho em 400% e a cana de açúcar em 288%. Ao mesmo tempo a produção de arroz cresceu 11%, de feijão diminuiu em 2% e mandioca reduziu 27%.

Estes dados auxiliam na compreensão de problemas alimentares observados no país, pois, segundo o relatório Vigisan (2022, p. 36), “entre final de 2021 e início de 2022 apenas 40% dos domicílios brasileiros tinham garantia de acesso pleno aos alimentos, nos demais 60% era observada alguma experiência de insegurança alimentar, ou seja, 125,2 milhões de pessoas vivendo nestas condições”. Em 2024, de acordo com Delgrossi e Magro (2024)

houve uma redução no número daqueles que sofrem insegurança alimentar, mas ainda são milhões nesta condição.

Além da falta de alimentos, as mudanças nos hábitos e costumes da população, propagada pelo processo de modernização, resultaram em práticas nas quais a alimentação dos brasileiros passou a ser mais restrita do que deveria ser. Segundo o Atlas do Agronegócio (Santos; Glass, 2018), a dieta alimentar do brasileiro, em média, está restrita a um conjunto de dez alimentos, os quais não atendem às necessidades elencadas no Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014), no qual são apresentadas as orientações sobre alimentação saudável. A baixa diversidade de alimentos acessada pelos consumidores, aliada ao aumento no consumo de multiprocessados, tem provocado consequências severas em termos de surgimento e agravamento de doenças, além de reduzir a expectativa de vida (Ferreira, et al., 2024; UFMG, 2024).

Aperfeiçoar os mercados locais e regionais para a produção, de alimentos de verdade, por parte da agricultura de base familiar é essencial. E este argumento está focado no bem-estar do consumidor brasileiro que precisa ter acesso aos alimentos saudáveis para que seja possível eliminar a fome, assim como combater doenças e reduzir os custos sociais relacionados com a obesidade e doenças associadas (Ferreira, et al., 2024; UFMG, 2024; Verli et al., 2023).

O crescimento da produção de soja, milho, cana-de-açúcar é compreensível no contexto dos incentivos públicos que seus sistemas produtivos vêm recebendo (Delgado, 2012; Campos, 2023), mas façamos o exercício de imaginar o que poderia acontecer com os agricultores de base familiar, que produzem os alimentos de verdade necessários para nossa saúde, se tivessem acesso ao menos a uma parte destes recursos. No papel de consumidor, que precisa se alimentar bem, devemos nos importar com quem está produzindo os alimentos que nos permitam garantir a segurança alimentar e nutricional (Brasil, 2014). Isto envolve mobilização, nas distintas escalas, para que as políticas públicas, voltadas a estes agricultores, garantam a assistência técnica na produção, no crédito e na comercialização.

Encontros GETETE 2024



Por Carlos Eduardo Nascimento

No primeiro encontro do GETETE em 2024, recebemos o Miguel Torres, Diretor da Revista da CEPAL. O debate foi centrado no tema “as relações centro-periferia no século XXI”. Teve como proposta a análise do capitalismo global do ponto de vista periférico, ou seja, sobre a condição periférica da América Latina no século XXI. Como o enfoque do estruturalismo latino-americano, das ideias seminais de Prebisch, Furtado, entre outros, seguem encontrando uma relação, uma realidade contemporânea do ponto de vista regional, sobretudo em um momento rodeado de incertezas. A apresentação foi estruturada em três partes: o estruturalismo latino-americano e suas derivações; relações centro-periferia no século XXI; e, é possível superar a condição periférica? Para a primeira parte, tratou da revisitação em temas do estruturalismo, como o estruturalismo clássico (1950/90), a escola latino-americana da dependência, o neoestruturalismo (1990-) e uma síntese para o século XXI e a condição estruturalista-dependente. A segunda parte analisou o subdesenvolvimento e seu retorno aos debates heterodoxos e alguns fatos estilizados do capitalismo periférico no século XXI. Por fim, a terceira parte versou sobre as possibilidades de superação do capitalismo, sob oito perspectivas.



Por Caio Cezar Fernandes

O encontro do GETETE ocorrido no dia 25 de março contou com a apresentação de Leonardo Porto, doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp e professor do programa de Pós-graduação em Economia Regional e Políticas Públicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (PERPP/UESC). O tema abordado pelo professor Leonardo foi “trajetórias das estruturas produtivas regionais frente à desconcentração econômica no Brasil no começo do século XXI”.

A partir da análise da estrutura de produção das regiões brasileiras entre 1996 e 2019, com ênfase na região Nordeste, o palestrante analisa criticamente as diferentes trajetórias de crescimento do país. Delineando uma cuidadosa análise sobre a organização e a dessemelhança entre as estruturas de produção, destacou que nas regiões Norte e Nordeste há um elevado peso de atividades comerciais e de serviços nas capitais e em outras cidades populosas, enquanto no interior prepondera o setor público.

No Sudeste, em face de sua formação histórica, a indústria possui um peso relativo mais destacado em relação às demais regiões. A dinâmica econômica das regiões Sudeste e Nordeste têm uma relação intrínseca, de forma que não é possível dissociá-las, afirmou o palestrante. Portanto, entender a formação dessas estruturas é essencial para compreensão da dinâmica de

desconcentração e crescimento que ocorreu no período sob estudo.

O professor Leonardo dá especial importância à análise do período entre 2004 e 2014, em que a economia brasileira apresentou crescimento praticamente ininterrupto, com relativa redução da pobreza e desigualdade alicerçadas sobre importantes políticas públicas. Destaca que essas políticas públicas tiveram um impacto central sobre o crescimento do Nordeste, especialmente das cidades interioranas. Situação que diferiria das regiões Norte e Centro-Oeste, cuja dinâmica pode ser atribuída ao setor agromineral.

Contudo, o palestrante nos apresenta duas ressalvas. Em primeiro lugar, não há grandes mudanças qualitativas nas estruturas de produção da região Nordeste, admitindo ainda uma grande complementaridade entre as economias regionais nordestinas e sudestinas. Em segundo lugar, destaca que apesar de observadas altas taxas de crescimento em municípios do interior há um importante viés de escala, uma vez que pequenos municípios tendem a apresentar grandes taxas de variação de produto, embora a variação em termos absolutos não seja significativa.

Em 2014, com o fim das condições que garantiam a dinamicidade da economia brasileira, lideradas pelo baixo desempenho das regiões Sul e Sudeste, a economia nordestina também é largamente afetada, ameaçando as conquistas sociais e econômicas alcançadas durante o período de crescimento. Frente ao retorno do cenário de crise e estagnação persistentes, bem como da ampla heterogeneidade das trajetórias regionais, o professor Leonardo conclui sua exposição reafirmando a importância da construção de uma política regional efetiva em um país de dimensões continentais como o Brasil.



Por Railene Veloso

O encontro do GETETE do dia 08/04/2024 contou com a participação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), através da sua coordenadora geral, Maria Alaidés Sousa (MA) e das coordenadoras regionais Marinalda Rodrigues (PI) e Ednalva Ribeiro (TO), que também é vice coordenadora geral do MIQCB. Centrado no tema “Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB): mulheres em trajetórias de lutas, saberes e resistência”, o encontro trouxe depoimentos e relatos das lutas dessas mulheres à frente do movimento. Para abrir o debate, Maria Alaidés compartilhou um pouco da trajetória de luta das mulheres do movimento.

Relatou que, como mulher, passou a entender a necessidade do que significa “resistir” ao perceber que ao quebrar o coco só tinha direito à metade do produto, ficando a outra metade para o dono da terra, além de não ter permissão para entrar nas propriedades. A formação começou na igreja, depois como delegada sindical e a partir disso, foi percebendo a necessidade de as mulheres ocuparem espaços, “de sair da cozinha para ocupar espaços”. Isso se iniciou com muita timidez – dada as dificuldades em assumir funções (diretora, delegada, catequista) por não saber ler e escrever – e foi avançando com as vivências como suplente do marido no sindicato. Através das campanhas da fraternidade, passou a entender que “não tinha para onde ir, e a resistência

implicava em lutar e dizer 'eu não vou sair daqui!', lutar por educação, por políticas públicas e ficar no meu lugar, onde nasci e me criei”.

Do ponto de vista social, descobriu dentro de uma pauta de mulher o que significa fazer parte de uma associação municipal e intermunicipal, de estar em um coletivo. As quebradeiras de coco caminham juntas quando se trata da questão ambiental, econômica e das políticas sociais, “rompendo a casta, barreiras, rompendo a cozinha, chegando lá no espaço de conquista para dizer que eu sou mulher, eu sou quebradeira de coco, eu sou negra, eu sou indígena, somos diversidade e merecemos ter um olhar diante das injustiças causadas pelo agronegócio, pela opressão”.

Reconheceu que parte da trajetória de luta é também lutar em parceria, é representar as mulheres nos espaços em que buscam inserção. Disso, surge a necessidade de se organizar em uma história para além da luta pela terra, mas de cooperativismo – para pensar a produção, organizar suas vidas, encontrar mercado para seus produtos – para compreender que os espaços de conquistas das suas trajetórias é o de pensar políticas sociais para esse modo de vida. Por fim, refletiu que é uma história recheada de formas de viver: da dificuldade de sair da cozinha, de se organizar para acessar as políticas públicas e garantir espaço na sociedade; de ter autonomia de produzir preservando a biodiversidade; e de acessar o direito às políticas.

Marinalda Rodrigues (PI), por sua vez, reforçou que todas as regionais do MIQCB possuem as mesmas lutas e resistências, concentrando parte dos seus esforços na luta pelo acesso ao babaçu livre, a terra e ao território livre desde 1990, para garantir o direito de livre acesso das quebradeiras de coco aos babaçuais. Destacou que o Piauí já possui a Lei do Babaçu Livre aprovada e sancionada, mas ainda não implementada. Faz parte da pauta das lutas recentes a implementação dessa lei, para garantir o acesso de ir e vir das quebradeiras, sem medo e riscos de serem barradas. “É a luta recente dessa regional e das outras regionais do MIQCB, a aprovação e implementação dessa lei a nível estadual e municipal”. Ademais, complementou que o primeiro território de quebradeiras de coco regularizado do MIQCB é o da regional Piauí, no entanto, este ainda não foi registrado em cartório, sendo essa também uma importante pauta de luta.

Para finalizar, Ednalva Ribeiro (TO) complementou a discussão falando que há uma lei estadual e municipal onde mora, mas que embora aprovada, não há uma efetividade em seu cumprimento como deveria ser, demandando uma forte luta em relação a isso. Também estão na pauta de lutas do movimento a preservação do meio ambiente e o “não envenenamento das palmeiras” e de todo o bioma amazônico. Há também a luta pelo “bem viver” das mulheres quebradeiras de coco, pelo fim da violência e por uma educação mais qualificada. Relatou que estão com cursos de formação e recentemente estão lutando por uma educação no PRONERA, como uma forma de engajar mais pessoas dentro do movimento, tendo o conhecimento da questão da agroecologia. É uma luta muito ágil, precisam do apoio não apenas dos movimentos sociais, mas também do Estado, frente aos grandes desafios que as afetam (demarcação de terras, uso excessivo de agrotóxicos, desastres ambientais etc.). “Precisa de um basta não apenas a luz dos movimentos sociais, mas também a luz do Estado”.

Por fim, é importante apontar que o MIQCB é formado por quebradeiras de coco dos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins e emerge como uma organização que representa os interesses sociais, políticos e econômicos desse grupo, dando às mulheres a possibilidade de serem vistas e reconhecidas. O MIQCB tem como missão organizar as quebradeiras de coco babaçu para que conheçam seus direitos, a fim de promover a autonomia política e econômica em defesa das palmeiras de babaçu, dos territórios, do meio ambiente e da luta pela melhoria de suas condições de vida e de suas famílias, com base no bem viver. Sua visão de futuro é ser referência, enquanto guardiãs da floresta de babaçu, na valorização dos conhecimentos tradicionais, na luta por direitos de acesso à terra e ao território, ao babaçu livre e à prática da agroecologia. O movimento busca a mobilização e a participação das quebradeiras de coco babaçu, ampliando conquistas a mais de 400 mil quebradeiras, incluindo jovens e outros membros de comunidades agroextrativistas. Para saber mais sobre o movimento, acesse o site <https://www.miqcb.org/> ou a página oficial do instagram https://www.instagram.com/miqcb_/



Por Fernando César de Macedo

*“Me deixe cavalgar nos seus desatinos
Nas revoadas, redemoinhos
Vento, ventania, me leve sem destino”
(Biquini Cavado)*

As condições naturais do Nordeste brasileiro sempre estiveram no cerne das discussões sobre seu desenvolvimento, desde as secas do século XIX, especialmente a de 1877-1879 que devastou parte da região. Se no passado se naturalizou o “atraso” regional como consequência de suas características climáticas, camuflando toda teia de relações sociais violentas de dominação da terra, da água e do trabalho, agora tais condições reaparecem como um bilhete premiado para a promoção de seu desenvolvimento.

Como ocorre com frequência no debate e nas proposições de políticas públicas para os territórios, volta e meia surge uma alternativa para alavancar o desenvolvimento de uma região; uma nova promessa de futuro edificante emerge na panaceia de propostas e ganha ares salvacionistas. Foi assim nos anos 1960 e 1970 com os investimentos da Sudene, com os pólos de fruticultura irrigada e com a descoberta e exploração da sal-gema e do petróleo. Ou nos anos 1990 com a atração de investimentos como a fábrica da Ford na Bahia ou de indústrias intensivas em trabalho barato, todas incentivadas pela “guerra fiscal”.

No século XXI a bola da vez está com a produção de energias renováveis, sob o argumento de que as condições naturais do Nordeste, diferente do passado, garantem-lhe vantagens competitivas inigualáveis. No caso da energia eólica, discutido pela economista Ellitamara Melo no Encontro Getete de 6 de maio de 2024, a alta qualidade dos ventos alísios e sua constância na área que vai do Rio Grande do Norte a Bahia garantem à região competitividade que a torna o locus prioritário dos investimentos na produção desse tipo de energia. Para tanto, BNDES e BNB direcionam fundos públicos para a constituição dessa nova fronteira do desenvolvimento regional.

Ellitamara apresentou os resultados de sua pesquisa a partir de um questionamento simples, mas fundamental: o que os parques eólicos trazem para os municípios onde se localizam? Para responder, desdobra a pergunta geral em três mais específicas: Geram empregos no território? Qual a sustentabilidade econômica desses investimentos? Pode-se enfatizar mudanças na qualidade de vida da população local?

Sua investigação tem o Rio Grande do Norte como foco, mas seus resultados ajudam a compreender o que está acontecendo também em outras unidades federativas. A resposta da economista para sua pergunta é contundente. Para ela, “a produção de energia elétrica no Rio Grande do Norte se configura muito mais como atividade de enclave do que vetor de desenvolvimento local. Seus rebatimentos internos não possuem sustentabilidade econômica no tempo, além de deixar um passivo social e ambiental decorrente das instalações de aerogeradores”.

Repete-se, em terras potiguares, o que já vimos alhures: crescimento do emprego e da renda durante a fase da execução das obras em infraestrutura e seu posterior declínio após seu fim. Os passivos ambientais, turbinados pela permissividade dos licenciamentos, são sempre elevados nesse tipo de atividade e os benefícios decorrentes dela ficam muito aquém das promessas que as justificam. Aumentam-se o desmatamento e a desertificação, num bioma já fragilizado (ver a resenha do livro do Otamar de Carvalho nesta edição).

Para as populações locais, sobra muito pouco, além do excessivo ruído, doenças decorrentes dos impactos sonoros e dificuldade de reproduzir os

modos de vida das comunidades tradicionais. Grilagem, conflitos de terra, aterramento de lagoas e dunas, degradação de sítios arqueológicos e abuso contra as mulheres durante a fase de execução das obras são outros problemas decorrentes da implantação dos parques eólicos que violentam o modo de vida das populações locais.

Por fim, termino com o que a palestrante afirmou no início de sua fala, mas que lhe serviu de fio condutor e nos serve de conclusão: discutir energia não é apenas tratar de sua produção, da busca da autosuficiência e da capacidade de exportação dos territórios, mas é, também, tratar dos conflitos regionais e dos processos históricos de construção do desenvolvimento. Como nos dar a entender a palestrante, conhecer essa realidade, por mais dura que seja, é fundamental para a construção de políticas que realmente conduzam a construção desses parques a um modelo de desenvolvimento que possa ser socialmente sustentável e incluyente.

Diversidade regional: Feira de Livros

Por Rodrigo Marques



Professor da Universidade Estadual do Ceará, atua no curso de Letras do Campus de Quixadá (FECLESC). Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Ceará (2015) e Pós Doutor em Literatura Comparada pela USP. Editor da Aluá Edições. Possui sete livros publicados entre obras de literatura e teoria literária. Coordena o projeto mapeamento dos Cordelistas do sertão Central Cearense.

A feira popular constitui um espaço de diversidade, não só pelos produtos expostos nas bancas e anunciados em ladainha pelos feirantes que apontam para os caixotes ou miram os víveres pendurados nos varais sortidos, a cada possível cliente que transita, na esperança de voltar para casa com as caixas mais vazias de frutas, verduras, carnes, temperos, artesanatos e cacarecos de toda ordem, bacias, bainhas, potes, facas, redes, pilão.

Como se sabe, há feiras permanentes e feiras transitórias, estas mexem um pouco mais com o cotidiano da localidade e dão um sabor de novidade, semelhante a um circo que se arma e vai embora.

Em todo canto do país é assim. As feiras de rua mantêm um ritmo avesso aos shopping-centers, sua aparente bagunça guarda um sentido prático e possibilita uma experiência mais real da vida, das cadeias produtivas, das atividades humanas com a terra e com o trânsito campo e cidade, tudo costurado por uma rede de códigos éticos e morais entre os feirantes, os clientes, o poder público (às vezes religioso) e o arredor onde a feira se instala.

Faço estas considerações porque acabei de participar, com a editora de folhetos de cordel Aluá, da Feira Literária do Ceará em duas cidades interioranas: Sobral e Icó, duas cidades que preservaram, bem ou mal, um pouco dos casarões e igrejas de séculos passados e que documentam materialmente a empreitada colonialista-salvacionista do Império Português nas terras alencarinas e no Nordeste em geral.

preitada colonialista-salvacionista do Império Português nas terras alencarinas e no Nordeste em geral.

O folheto de cordel, como literatura popular, obviamente se sentiu bem à vontade na Feira, o seu impresso simples, e por isto mesmo sofisticado, se adequa perfeitamente à exposição nas bancadas, daí a razão de sua denominação, "cordel", pois feitos para serem expostos como mercadoria "escanchados" num barbante esticado. Também conhecidos como "literatura de bancada", os romances de cordel, assim como a farinha, a carne seca, o cheiro-verde, a batata doce e o jerimum, são um produto da feira livre. A presença de editoras de cordel se justificara naturalmente no escopo do evento organizado pela Secretaria de Cultura do Ceará, com o apoio da Biblioteca Pública do Ceará (BECE), a partir de verbas federais captadas pela Lei Paulo Gustavo. As editoras Aluá e Tupynanquim marcaram presença, bem como poetas que armaram sua banca nos stands, como os amigos Paulo de Tarso, o Poeta de Tauá, e Evaristo.

Mas o cordel não esteve só, dividiu as praças com livrarias e editoras independentes de vários gêneros literários, desde quadrinhos, romances de fantasia, ensaios, revistas, poesia, e brochuras de coletivos, como o Mulherio das Letras, escritoras independentes, professoras, enfim, era uma festa de livros, em plena praça pública, lotada de leitoras e leitores de duas cidades sem livraria, a não ser Sobral, que ainda conta com um sebo. A diversidade da produção literária do Ceará vive de fato um bom momento, mais descentralizada da capital Fortaleza e com vontade de ocupar outras paragens. Foi um momento também dos "feirantes-escritores" e das "feirantes-escritoras" se encontrarem pessoalmente, pois muitos se conheciam só de tela nas redes virtuais, e também leitoras e leitores que puderam encontrar em carne e osso os/ as autoras que vendem e divulgam seus livros nas redes.

Por fim, para pensar um pouco com Milton Santos, a cultura local é uma forma de resistência a uma homogeneização que o capital impõe na serialização industrial globalizada, mesmo que esta cultura local se utilize das tecnologias e dos modos de produção hegemônicos, porque, pelo menos numa feira de livros em praça pública, algo escapa à opressão diária, algo que deixa o sabor cada vez mais raro de uma ligeira esperança.

Produção do Espaço Urbano na Amazônia: uma proxy a partir do Cadastro Nacional de Obras



Por Bianca Santos de Farias

Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Pará. Sua Iniciação Científica foi financiada pelo PIBIC/UFPa e orientada pelo professor Raul Ventura Neto do Programa de Pós-Graduação em Economia da mesma universidade.

O Cadastro Nacional de Obras (CNO) é um armazenamento de registros de obras da indústria da construção civil, gerido pela Receita Federal, e uma ferramenta ainda pouco explorada. O presente trabalho tem por objetivo investigar seu repertório como retrato da construção formal do espaço urbano, delimitando territorialmente os estados pertencentes à Amazônia Legal.

Ao considerarmos as peculiaridades histórico-sociais que permeiam a formação espacial amazônica, se torna necessário considerar, também, suas diferenças regionais. Através da correlação entre a quantidade de registros presentes no CNO (representando quantitativamente a modificação no espaço construído) e a produção de riqueza nos estados da AML, em determinado período de tempo (2015-2020), é possível apreender os elementos da economia regional amazônica que conduzem o padrão de direcionamento dos excedentes para o ambiente urbano em diferentes estados.

O estudo busca compreender como o espaço tem sido modificado em alinhamento aos ciclos produtivos de commodities agrícolas e minerais na AML e identificar os agentes atuantes nesses ciclos. Os resultados indicam a importância do processo de acumulação no ambiente rural para a operação de incorporadores e multinacionais em conjunto ao aparato público, como percebido empiricamente nos municípios de Diamantino e Nova Mutum, em Mato Grosso, e Paragominas e Parauapebas, no Pará – os estados que ganharam destaque estatístico nas análises.

As cidades mato-grossenses crescem, principalmente através da

expansão do agronegócio, em ritmo que não é observado em regiões tradicionais produtoras, visto que ocorre de maneira mais acelerada e em contínua incorporação a atividades do gênero. Somado a isso, os impactos do surgimento de rotas de circulação, como a implementação estratégica da BR-163, que atravessa os municípios de Diamantino e Nova Mutum, resulta no escoamento mais eficiente da produção localizada e, sobretudo, na alteração da paisagem natural e urbana da região.

Parcerias acadêmicas

Com Cidônea Machado Deponti



Graduada em Ciências Econômicas pela UFSM, onde também concluiu o mestrado em Integração Latino-Americana. Seu doutorado em Desenvolvimento Rural foi pela UFGRS. Atualmente é coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR de sua universidade, o mais antigo e tradicional na área de desenvolvimento regional do país. É editora da conceituada Revista REDES, publicada pelo PPGDR, e bolsista produtividade do CNPq.

A seção Parcerias Acadêmicas é dedicada a entrevistas com pesquisadoras e pesquisadores da área de desenvolvimento regional e urbano. Em nossa edição de estreia, conversamos com Cidonea Machado Deponti, professora da UNISC. Em meio a tantas atividades e ao caos em seu estado, Cidônea respondeu a cinco perguntas sobre o desenvolvimento regional brasileiro e gaúcho feitas pelo Informativo Getete.

O Rio Grande do Sul tem tradição em pesquisas sobre o desenvolvimento regional, assim como uma institucionalidade descentralizada para planejar e executar políticas territoriais, como é o caso dos COREDES. No entanto, todo esse acúmulo parece não ter se refletido na elaboração de políticas que minimizassem os efeitos catastróficos das enchentes recentes. Como você vê isso?

Para responder a esta questão, faz-se necessário, brevemente, lembrar o que são COREDES e qual seu objetivo. Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento são fóruns de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visem ao desenvolvimento regional. Foram criados em 1991, mas reconhecidos legalmente em 1994, com o objetivo de promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; integração dos recursos e das ações do governo na região; melhoria da qualidade de vida da população; distribuição equitativa da riqueza produzida; estímulo à permanência do homem

Aos Conselhos Regionais cabe o papel extremamente relevante de construção do Plano Estratégico de Desenvolvimento das regiões, no qual se vinculam as demandas regionais que serão incorporadas ao orçamento estadual, visando o atendimento das mesmas. No entanto, os COREDES não são únicos, ou seja, cada Conselho apresenta uma evolução diferenciada no ponto de vista da capacidade de articulação na esfera regional e, conseqüentemente no cumprimento de seu papel legal. Esta diferença ocorre por questões que vão desde a capacidade limitada de auto-organização por parte dos mesmos até a forma governamental de tratá-los, oscilante a cada governo, de acordo com suas concepções políticas e o entendimento de qual papel cabe ao Conselho.

A maioria dos COREDES têm dificuldades operacionais similares, pois recebem do Governo do Estado um pequeno valor para manutenção de suas atividades. Algumas vezes, Instituições de Ensino Superior cedem o espaço físico e o quadro técnico. Porém, essa contrapartida também pode conduzir a um direcionamento de interesses no jogo das forças que atuam nos processos de participação popular. Ademais, há um mosaico de demandas sociais e regionais a ser atendido anualmente que pode estar definido pelos desejos daqueles que melhor se organizam na defesa de suas demandas, não representando um interesse coletivo, mas interesses particulares.

Embora, seja necessário fazer um olhar crítico sobre os COREDES para qualificar suas ações ao longo do tempo, também se faz necessário destacar que se é complicado com a existência deles, pior será sem eles. O cidadão gaúcho ainda precisa se apropriar de seus direitos e se conscientizar que sua participação no processo não se restringe apenas à dimensão consultiva; mas ao desenvolvimento de sua capacidade requisitiva, propositiva e de efetivo controle do processo.

Além dos desafios inerentes aos objetivos dos COREDES, relacionado ao planejamento, compete ao poder executivo a execução, a avaliação e a fiscalização das ações planejadas. Ademais, lamentavelmente, algumas vezes, não há espaço de reconhecimento das propostas apresentadas pelas instituições científicas e pelas comunidades regionais. Esta é a situação relativa às catástrofes climáticas.

Você é uma pesquisadora reconhecida e coordena o mais antigo curso de pós-graduação em desenvolvimento regional no Brasil. Como você analisa a trajetória das mulheres dentro desse debate e em sua opinião, que espaço elas ocupam hoje nos estudos regionais do país?

A desigualdade de gênero ainda está presente na ciência nos tempos atuais. Estudos apontam que as mulheres estão em maior número nas Universidades, mas acessam menos cargos de chefia, coordenação de projetos de pesquisa e bolsas de produtividade. Na nossa área PLUR-D a proporção de bolsas produtividade em pesquisa CNPq é de 60% para homens e 40% para mulheres. Grandes cientistas mulheres tem destacado que essa sub-representação de mulheres afeta a oferta de uma educação de qualidade e de oportunidades de carreira para mulheres por falta de modelos a seguir.

Nos estudos regionais, há muitas mulheres que poderiam ter destaque tanto na pesquisa e no ensino quanto na extensão. Há um costume de se chamar, na maioria das vezes, homens, brancos e de meia idade para a abertura de eventos. Por exemplo, se observarmos os principais eventos da área como SEDRES, SIDR, ENANPUR, dentre outros, ao longo dos anos, confirma-se essa afirmação. Este fato agrava-se quando, nas poucas situações em que as mulheres são requisitadas, geralmente, sempre as mesmas são lembradas. Há muitas pesquisadoras que merecem uma chance de destaque.

Qual a importância do curso de pós-graduação em desenvolvimento regional da UNISC, especialmente para sua região de influência?

O desenvolvimento regional compreende um esforço das sociedades locais na formulação de políticas regionais com o intuito de discutir as questões que tornem a região sujeito de seu processo de desenvolvimento. Um curso de Desenvolvimento regional é essencial, pois sua natureza interdisciplinar favorece a solução de problemas complexos. Para nossa região e regiões ao entorno, uma pós-graduação nesta área pode contribuir diretamente na reconstrução do Estado, no caso de um desastre climático.

Por exemplo: um estudioso do desenvolvimento regional tem capacidade de planejamento da região, contribuindo para a revisão e a implementação participativa e transparente dos planos diretores municipais, do Estatuto da

Cidade, do planejamento de bacias hidrográficas, do planejamento urbano e rural; para aperfeiçoar, local e regionalmente, os sistemas de informação, em parcerias entre municípios, instituições regionais e universidades, sobre cenários presentes e futuros, influenciados pelos efeitos das mudanças climáticas; para priorizar investimentos em projetos de soluções baseadas na natureza; dentre outros.

Um programa de desenvolvimento regional favorece o debate e a reflexão sobre as mudanças econômicas, políticas, sociais, ambientais e culturais no âmbito do Estado, da sociedade civil e da iniciativa privada, suas repercussões no território e na região. Para pensar o território, a condição "sine qua non" é a compreensão sobre desenvolvimento regional. E aqui que se encaixa o profissional com essa formação, ou seja, torna-se mais fácil pensar no planejamento de uma região quando se tem um profissional com formação em desenvolvimento regional.

Hoje, a pós-graduação é avaliada principalmente pelos resultados da pesquisa, sobretudo pela produção de artigos científicos. Você tanto trabalha quanto escreve sobre Extensão Universitária. De modo geral, como você avalia a atuação da universidade em relação a Extensão Universitária? Como a pós-graduação poderia se aproximar mais da Extensão? Trabalhos de Extensão poderiam ter maior peso na avaliação dos cursos de pós-graduação?

A produção do conhecimento pressupõe a relação dialética entre o ensino, a pesquisa e a extensão de modo a garantir que todo o conhecimento produzido, tanto no âmbito da pesquisa como do ensino, deve estar diretamente relacionado com os interesses da sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico.

Quanto à atuação da Universidade em relação à extensão universitária, vejo como muito tímida ainda, mesmo considerando a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que consiste na adequação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) visando a garantir um percentual mínimo na carga horária para as atividades de extensão – Curricularização da extensão. Para que

serve a ciência se não for para transformação social, melhoria da qualidade de vida das pessoas, inclusão social, resolução de problemas? Estes objetivos não podem estar divorciados da extensão.

Quanto à aproximação da extensão à pós-graduação, o desafio ainda é maior, porque a pesquisa ganha o palco, restando, em princípio, menor espaço para a extensão. No entanto, programas de desenvolvimento regional permitem total interface com a extensão, porque o protagonismo das regiões exige inserção social e relações com as comunidades. Uma forma de valorizar esta interface é ampliando o peso da extensão na avaliação dos cursos de pós-graduação, procurando valorizar a relação estabelecida entre o programa e a sociedade. A extensão pode servir como uma forma do acadêmico desenvolver suas habilidades e aprendizagens, enquanto a sociedade usufrui dessa aproximação e inicia um processo de compreensão do fazer científico na prática. Com a extensão, tanto os estudantes como as comunidades saem ganhando.

Pensando em desenvolvimento regional e nas questões que foram levantadas, para você quais são os principais desafios da política regional hoje e quais as agendas de pesquisa/trabalho que poderíamos levantar?

O maior desafio da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) é existir além do papel, ser colocada em prática. Agora temos o ressurgimento da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT), mas elas não conversam entre si. Ministérios diferentes são mobilizados enquanto as políticas discutidas apresentam interface. Este é um sério problema brasileiro, em qualquer escala, local, regional, estadual ou federal, as secretarias não dialogam. Há uma série de ações sobrepostas e mal planejadas e mal executadas.

A ausência de articulação entre os três níveis de governo, a falta de coordenação entre os Ministérios e suas políticas têm influência direta no território. A ausência de discussão adequada com a sociedade também é preocupante, pois uma política nacional desse porte deveria ser amplamente debatida e contar com a participação dos diversos setores envolvidos.

Quanto às agendas de pesquisa destacaria como prioritária a necessidade de a sociedade em geral e da própria administração pública em

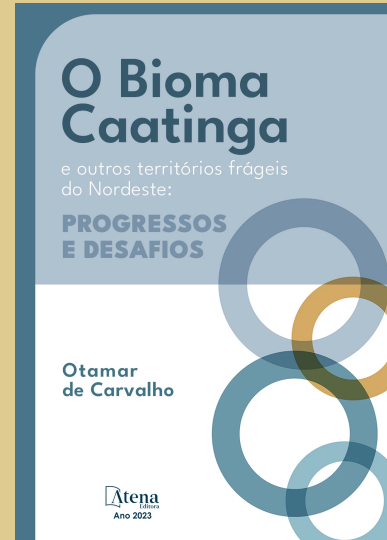
todas as escalas entender o que é desenvolvimento regional, seus objetivos, sua agenda, sua importância. É urgente a aproximação da pós-graduação com as Prefeituras, os Coredes e a região. É necessário espaço para se socializarem os conhecimentos sobre desenvolvimento regional.

O RS vai precisar de todo o conhecimento gerado pelo Desenvolvimento e Planejamento regional para reconstrução. O profissional que conhece Desenvolvimento Regional é o melhor qualificado para participar desse processo.

Dicas de Leitura

CARVALHO, O. O Bioma Caatinga e outros territórios frágeis do Nordeste: progressos e desafios. Ponta Grossa (PR): Atena Editora., 2023. 151 páginas.

Por Fernando César de Macedo



Poucos conhecem tão bem a problemática regional do país quanto Otamar de Carvalho, especialmente se o assunto for o Nordeste, o que se comprova ao ler sua mais recente obra *O Bioma Caatinga e outros territórios frágeis do Nordeste: progressos e desafios*.

Otamar é de Senador Pompeu (CE), portanto, desde a origem, está familiarizado com os segredos da “civilização do couro” que fazem do semiárido uma das mais atraentes (e contraditórias) áreas do país. Quando trata de sua região, o faz com conhecimento de causa de quem aprendeu nos primeiros passos da vida que o bioma estudado tem fragilidades (e potencialidades) que apresenta com propriedade nesta obra.

Sua origem lhe possibilitou conhecer bem seu objeto de estudo, afinal, o Ceará carrega a síntese do modo de vida da Caatinga e de seus problemas que nos obriga a pensar na especificidade do desenvolvimento socioeconômico requerido por um território com suas características ecológicas - marcado por escassez de água e secas frequentes - e sob forte ação antrópica, numa área densamente povoada, o que o coloca entre os semiáridos mais urbanizados do planeta.

Da terra natal para o mundo, o autor realizou pesquisas em vários países, quando, através de estudos comparativos, pôde entender melhor sua região de

origem e as políticas para ela direcionadas. Otamar, nunca deixou de estudar do Nordeste sertanejo, mesmo sendo um pesquisador globalizado. Sua produção bibliográfica atesta isso, com particular destaque para o livro *A Economia Política do Nordeste – secas, irrigação e desenvolvimento*, um clássico dos estudos regionais no país.

A região onde se insere o Bioma Caatinga mudou muito, depois de um século e meio de estudos sobre o semiárido e após décadas de atuação do DNOCS, do BNB e da Sudene. Há um acúmulo de estudos sobre o Nordeste desde a controversa Comissão Científica de Exploração (1859-1861) citada pelo autor. Estudos que serviram para conhecê-la melhor e permitiram agir em bases científicas sobre ela, ainda que os resultados sejam sempre passíveis de contestação, não obstante alterarem a face da Caatinga e do semiárido.

Já não é possível pensar a região apartada das transformações resultantes do planejamento que lhe ampliou a ação antrópica e lhe inseriu na dinâmica socioeconômica do país. A modernidade, no entanto, trouxe problemas como o aumento das Áreas Susceptíveis à Desertificação, que são analisadas com destaque ao longo desta obra. Se existem problemas, como o das secas destacadas no capítulo 3, também há possibilidades para a promoção do desenvolvimento em bases sustentáveis que atrelem a economia sertaneja às possibilidades que o Bioma Caatinga oferece, para a promoção de trabalho e renda. Para tanto, políticas públicas que respeitem a diversidade ecológica do país e os limites de um bioma tão fragilizado como a Caatinga são fundamentais. Essa é uma lição que tiramos da leitura deste livro.

O autor demonstra preocupação didática e rigor metodológico quando apresenta, no capítulo 2, a base de dados integrada por variáveis e indicadores referentes às diversas regionalizações que são utilizadas ao longo do livro. Esse zelo se repete no capítulo 4 quando descreve as diversas regionalizações e delimitações do Nordeste e do Bioma Caatinga para fins de planejamento e ação. Ele parte do Nordeste do IBGE para apresentar as outras regionalizações, como o Nordeste do BNB; o Nordeste da Sudene; o Nordeste do Semiárido; o Bioma Caatinga; e as Áreas Susceptíveis à Desertificação.

Seu foco é o planejamento e a intervenção sobre a região objeto, a partir

de condições naturais e sociais que conformam o bioma. Por isso, após apresentar no capítulo 5 as carências institucionais que sempre colocam óbice à formulação e execução de políticas, o autor aponta no capítulo 6 um conjunto de ações de instituições públicas e ONGs na Caatinga. Ele encerra o livro indicando no capítulo 7 os desafios para o desenvolvimento sustentável da Caatinga. Fica-nos a lição de que qualquer política pública para o Bioma deve articular as ações nos diversos Nordeste regionalizados na obra.

Em um momento em que as discussões sobre o clima e o meio ambiente pautam nossas agendas, o livro de Otamar de Carvalho chega em boa hora; afinal, observamos o aumento do desmatamento do Bioma da Caatinga, principalmente em sua porção oeste, pelo avanço do agronegócio de exportação, o que tem contribuído para a elevação da temperatura média da região e para sua desertificação. Nunca foi tão urgente a necessidade de políticas públicas em bases regionais e a adoção de outro modelo de desenvolvimento, sobretudo em áreas historicamente vulneráveis. Para tanto, a leitura de O Bioma Caatinga e outros territórios frágeis do Nordeste: progressos e desafios torna-se obrigatória.

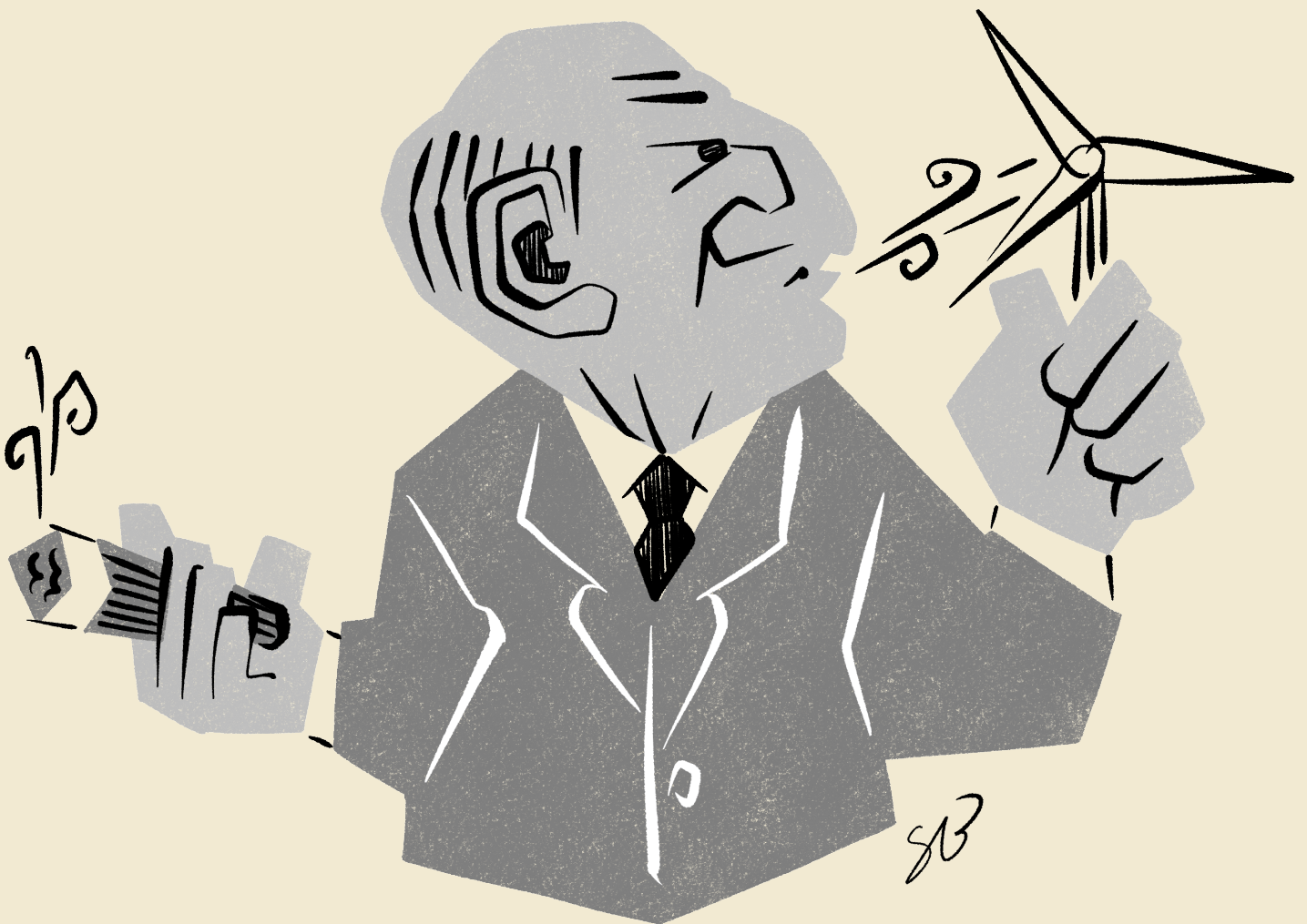
*Texto adaptado do prefácio do livro.

Cata-níquel

Por Silva Barros



Artista visual, ilustrador e gravurista. Já ilustrou diversas capas de cordéis e de livros. Participou de formações nas áreas da literatura popular e da gravura como instrutor pelo SESC Quixeramobim, pela Casa de Saberes Cego Aderaldo, pela Casa de Antônio Conselheiro e pelo Porto Iracema das Artes, no projeto aBarca. Atualmente, é Diretor de Arte na Aluá Editora.



Referências

ABDAL, A. Desenvolvimento Regional no Brasil Contemporâneo - Para uma qualificação do debate sobre desconcentração industrial. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 36, p. 106-127, 2017.

ARAÚJO, J. B. **Mercado de trabalho e desigualdade**: o Nordeste brasileiro nos anos 2000. 319 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017.

ARAÚJO, T. B. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no Governo Lula. In: SADER, E. (Org.). **Lula e Dilma**: 10 anos de Governos Pós Neoliberais no Brasil. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

ARAÚJO, T. B. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, P. F. et al. (org.) **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Nordeste. Rio de Janeiro, RJ: BNDES, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2ª ed. 1ª Reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CAMPOS, A. de. **O custo da soja para o Brasil**: renúncias fiscais, subsídios e isenções da cadeia produtiva. 2023. Disponível em: https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2023/10/O-custo-da-soja-para-o-Brasil_renuncias-fiscais-subsidios-e-isencoes-da-cadeia-produtiva.pdf
Acesso em mar. 2024.

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional no Brasil**: 1970-2005. 3ª ed. São Paulo-SP: Unesp, 2008.

CANO, W. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 27-53, 2011.

CONTAG/DIEESE. **Agricultura familiar**: quem não vive dela, depende dela para viver! Anuário Estatístico da Agricultura Familiar, ano 2, 2023. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/17916-696048-anua%CC%81rio-agricultura-2023-web-revisado.pdf>. Acesso em mar. 2024.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, 144 p.

DELGROSSI, M.; MAGRO, J. P. Projeção da evolução da insegurança alimentar a partir das informações da PNAD contínua. In: BACCARIN, J. G.; DELGROSSI, M.; MAGRO, J. P. **Insegurança alimentar e nutricional no Brasil**: tendências e estimativas recentes. Instituto Fome Zero, 2024. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2024/03/instituto-fome-zero-inseguranca-alimentar-11mar2024.pdf>. Acesso em mar. de 2024.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, v. 3, n. 1, p. 35-64, 1993.

DINIZ, C. C. Corrida científica e tecnológica e reestruturação produtiva: impactos geoeconômicos e geopolíticos **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 21, n. 2, p. 241-257, 2019.

FERREIRA, S. R. G. et al. Determinants of obesity in Latin America. **Nature metabolism**, 6(3), p. 409-432, 2024.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade**, v. 1, n. 1. P. 5-19, 1992.

FURTADO, C. **Introdução ao Desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. 3ª Ed. Revista pelo autor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação

Recuperação Automática-SIDRA. **Censo Agropecuário de 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CA/A/Q> Acesso em mar. 2024a.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática-SIDRA. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/PA/A/25/T/5457>. Acesso em mar. 2024b. Acesso em mar. 2024b.

LOPES, G. C. L. A. **Estrutura Produtiva do Nordeste no século XXI**: dinâmica regional e inserção externa. 228p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017.

MACEDO, F. C de. **Desenvolvimento Regional no Brasil no século XXI**. EDUEPB. Campina Grande, PB, 2023.

MONTEIRO NETO, A. SILVA, R. O. de; SEVERIAN, D. Perfil e Dinâmica das Desigualdades Regionais do Brasil em Territórios Industriais Relevantes. In: MONTEIRO NETO, A. (org). **Desenvolvimento Regional no Brasil**: Políticas, Estratégias e Perspectivas. v. 2. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de pesquisa econômica aplicada- IPEA, 2020a.

MONTEIRO NETO, A. SILVA, R. O. de; SEVERIAN, D. Região e indústria no Brasil: ainda a continuidade da “desconcentração concentrada”? **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 2 (69), p. 581-607, 2020.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da Nação**. Campinas, SP: Ed. IE/Unicamp, 1998.

POCHMANN, M.; SILVA, L. C. da. **O Brasil no Capitalismo do século XXI**: desmodernização e desencadeamento intersetorial. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2023.

SANTOS, M.; GLASS, V. **Atlas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. 60 p.

UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). **Mortes por desnutrição caem, mas óbitos por obesidade crescem no Brasil em 30 anos**, 2024. Disponível em:

<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/mortes-por-desnutricao-caem-mas-obitos-associados-a-obesidade-crescem-no-brasil-em-30-anos>. Acesso em abr. 2024.

VERLI JUNIOR, E. et al. Avoidable diet-related deaths and cost-of-illness with culturally optimized modifications in diet: the caso of Brazil. **PLoS ONE** 18(7): e0288471, 2023. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0288471>.

VIGISAN. **II Inquérito Nacional sobre insegurança alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil** (livro eletrônico). II Vigisan: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN – São Paulo/SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

